



Transigências docentes e circunstâncias profissionais

Robson Sueth
profsueth@gmail.com
NEPES/UFF

Resumo: Foram objetivos deste texto evidenciar e discutir as circunstâncias nas quais o professor se comporta ou é compulsoriamente levado a se comportar segundo as atitudes de transigência, no trabalho, para contemplar orientações direcionadas, decididas por instâncias oficiais nas esferas públicas e privadas, como também ordenações superiores de instituições contratantes. Está fundamentado na pesquisa bibliográfica, nos procedimentos do estudo descritivo exploratório inferencial e na técnica de observação participante natural. Descreve as formas de transigências docentes e as circunstâncias nas quais se desenvolvem no ambiente de trabalho do professor.

Palavras Chave: Transigência docente - Subordinação docente - Trabalho docente - Controle - Gestão de pessoas



1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é recente a constatação da condição subalternizada do professor em qualquer nível de escolarização que se decida pesquisar. É facilmente percebida, tanto pela violência concreta ou simbólica empregadas por dirigentes dos sistemas hegemônicos de ensino, quanto pela precarização das condições de trabalho, há muito tempo, sofrida e denunciada por pesquisas científicas nos variados ambientes profissionais nos quais o professor exerce as suas funções.

Mas, também, não se pode ignorar o seu comportamento de assujeitar-se a essa circunstância, seja pelos mecanismos de disciplina e controle aos quais é submetido, seja pela tradição trabalhista que o subordina aos interesses da instituição e do patrão, seja pela humilhante situação a qual precisa suportar para manter a sua contratação e sobrevivência ou para evitar, pela insurgência, os processos de pressão e discriminação por aqueles favorecidos com recompensas corporativas ou acomodados pela assimilação da realidade imposta e sua respectiva adaptação, ou, ainda, por outros que desistiram da luta resistente e infrutífera contra sistemas injustos, e seja por tantas outras justificativas possíveis que ameaçam o exercício da autenticidade profissional e humana.

O termo transigir tem a ver com atitudes de contemporização; condescendência; tolerância, e de ceder às vontades e/ou exigências de outra pessoa (Oxford, 2023; Priberam, 2023). Parece que as pessoas que empregam essas atitudes, por várias razões, podem estar vivendo numa realidade em que lhe seja mais conveniente e que decidem ser identificadas como aqueles sobre os quais se espera ou se deseja que sejam, e não como verdadeiramente são ou podem ser em certas situações. Um tipo de inautenticidade admitida.

No ambiente profissional do professor, qualquer observador, mesmo sem critérios preestabelecidos, consegue perceber que a transigência está mais condicionada à relação hierárquica entre docentes e esferas administrativo-pedagógicas do que na prática educativa com os seus alunos. O professor tem sido massacrado com exigências e pressões, que além dos resultados relacionados ao desempenho dos alunos, também tem a corresponsabilidade pelo alcance de padrões e determinações institucionais oficialmente estabelecidos, que buscam a excelência da educação pretendida e por ele praticada. Um permanente ambiente profissional de cobranças diretas e de ameaças objetivas e subliminares.

A intenção deste texto, ainda, não é evidenciar as causas desse comportamento docente, mas, descrever certas situações experienciadas por professores no exercício das suas atividades técnicas e operacionais, as quais fiquem caracterizadas as circunstâncias em que podem ser interpretadas como inevitáveis ou não enfrentadas, se o seu comportamento profissional, alicerçado com atitudes justas e autênticas, for compreendido como contrário aos interesses institucionais e que, por isso, venham desencadear ameaças, tratamento preconceituoso e correndo o risco de consequências pessoais com prejuízos concretos.

Portanto, este estudo tem por objetivos evidenciar e discutir as circunstâncias nas quais o professor precisa se comportar ou é compulsoriamente levado a se comportar segundo as atitudes que caracterizam a transigência, em seu ambiente de trabalho, visando a contemplar orientações direcionadas, já decididas por instâncias oficiais que regem e avaliam a educação nas esferas públicas e privadas, como também, aquelas desencadeadas em forma de ordenações superiores de suas instituições contratantes.

Essas orientações que se configuram como determinações que têm de ser obedecidas, podem se situar num contexto que se desdobra em variáveis que constituem a realidade profissional do professor. Dentre outras, estão (1) a produção docente e as políticas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES; (2) a imposição do currículo e livros didáticos no ensino fundamental; (3) a falta de autonomia pedagógica na



esfera privada e o cumprimento de programas de disciplinas já elaborados; (4) a submissão às instituições frente às determinações oficiais; (5) as regras e políticas de publicação bibliográficas; (6) as condições de atuação na educação a distância – EAD; (7) o disciplinamento quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação – TIC; (8) a condução do processo educativo segundo variados interesses políticos, administrativos e legais; e (9) a intensificação e precarização do trabalho docente.

Cada uma dessas variáveis será explicitada pela orientação do método descritivo exploratório e as inferências consequentes estão fundamentadas na observação participante natural. Segundo a caracterização metodológica, o presente texto foi elaborado por meio de uma abordagem multimétodos, por utilizar dados obtidos (1) da pesquisa bibliográfica, pelas contribuições de pesquisadores conhecidos no ambiente acadêmico, (2) de procedimentos do estudo descritivo exploratório inferencial, ao relacionar as características das situações descritas com as argumentações que buscam dar conta da análise do objeto de estudo; e (3) da técnica de observação participante natural, por meio da qual este autor-pesquisador considera os dados registrados, fruto da sua vivência e experiência docentes, ao longo dos 36 anos da sua trajetória profissional como docente, cujo propósito é a apresentação da devida fundamentação das discussões procedidas, que visam a evidenciar as condições de transigência docente praticada.

Os estudos descritivos, de acordo com Gil (2010), podem admitir relações entre variáveis e, também, identificar causas e efeitos, explicitando o objeto de estudo. Para Gil (2010) e Vergara (2010), os objetos pouco investigados, que suscitam diferentes indagações, ou que a intenção seja conhecer suas especificidades, classificam um estudo exploratório. Segundo Köche (1997), os estudos exploratórios, analisam variáveis presentes no fenômeno investigado, cuja pretensão é a sua caracterização quantitativa ou qualitativa.

E a observação participante natural, segundo Marconi e Lakatos (2011) é consequente da interação entre o observador e grupos sociais, possibilitando o registro dos eventos identificados no grupo, sendo o observador também integrante do grupo que é observado.

A estrutura formal do texto está organizada em seções. A seção posterior às considerações iniciais tem a finalidade de fundamentar as categorias disciplina e controle formuladas por Foucault (2014), que têm submetido professores em suas atividades profissionais (Sueth, 2023) e que se pretende evidenciar que também estão influenciando o comportamento de transigência docente. Antes das considerações finais outra seção explicita as variáveis que configuram as circunstâncias nas quais a transigência docente se desenvolve.

2- DISCIPLINA, CONTROLE E SUBORDINAÇÃO DOCENTE

O comportamento subalternizado do professor diante de certas situações que conformam o seu ambiente de trabalho, seja por determinações de órgãos oficiais da educação, e seja por decisões administrativo-pedagógicas das instâncias superiores de instituições de ensino as quais está vinculado profissionalmente, encontra correspondência nos mecanismos de disciplina e controle formulados por Foucault (2014).

Segundo esse filósofo, o poder disciplinar está centralizado no corpo dos indivíduos, pela individualização, produzindo, o que declarou “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” e que servem ao sistema capitalista de produção (Foucault, 1988, p. 126;127). Isso configura indivíduos identificáveis, visíveis e controlados, segundo os mecanismos disciplinares e seus desdobramentos.

As contribuições teóricas de Foucault estão classificadas em três fases de acordo com os temas abordados em suas publicações. São elas a arqueologia, a genealogia e a ética ou cuidado de si, cujas fundamentações têm o tempo como variável norteadora das ideias

desenvolvidas por ele. Foucault evidencia ter pensado a história de uma maneira que lhe possibilitasse entender a realidade pela análise das ações praticadas pelos indivíduos. Nessa relação do tempo, o presente e o passado se interrelacionam na medida em que se consegue obter diferentes compreensões no presente pela reanálise contínua do passado.

Entretanto, não admite o passado como demarcador das relações de causalidade, tendo em vista o processo que o representa ter a necessidade de apreendê-lo como a psicanálise lida com os eventos biográficos da trajetória pessoal de cada indivíduo. Ou seja, entendendo como possibilidade de evento novo, ensejando variadas compreensões (D'Angelo, 2011). É exatamente por essa característica que as suas ideias ainda orientam o pensamento científico sobre as circunstâncias que se apresentam no presente.

Concordando com isso, Sueth (2017) declara que “Foucault é potência”, por admitir que as ideias desse filósofo têm a capacidade de, a todo o tempo, fundamentar, com pertinência, pesquisas sobre diferentes imbróglis da atualidade

nos mais variados contextos da sociedade contribuindo com compreensões da realidade social e existencial, instigando reflexões, oferecendo terreno fundamentado para diversas conexões que podem ser tramadas considerando situações que se estabelecem na ambiência social, nas relações travadas em locais nos quais o ser humano transita por meio de suas intervenções, procurando espaços para atuar como sujeito ativo do seu tempo e viabilizando o seu “devir” (Sueth. 2017, p.56).

Para dar conta da fase arqueológica, Foucault concebendo o indivíduo como objeto, lançou-se a analisar a constituição dos saberes levando em conta os discursos científicos como elemento responsável pela construção do saber. O foco dessa fase, com o propósito de evidenciar a origem e desenvolvimento da arqueologia das ciências humanas, visava ao esclarecimento sobre o que teria o saber para tornar-se verdadeiro e autêntico e adquirir poder. Discordou do entendimento de que o poder seria apenas instrumento repressor aplicado pelo estado, poder judiciário, polícia e exército. Afirmou, considerando as relações entre o poder e o saber, que a dominação na modernidade emprega a ostensividade, repressão de maneira positiva e produtiva. A fase genealógica, foi marcada pelo estudo da produção da verdade e as relação saber-poder, responsável pela atuação do poder nas sociedades modernas desempenhando um papel disciplinador (D'Angelo, 2011).

Foucault pesquisou as questões éticas pela relação que a pessoa desenvolve com ela mesma para entender a sua condição de sujeito, configurando, assim, a fase do cuidado de si. A centralidade dessa fase está na possibilidade de sujeição a qual a pessoa é submetida, bem como a ação das subjetivações, que acabam por desenvolver um indivíduo, tendo como ponto de partida o cuidado de si, que por isso se reconhece e se afirma. Esclarecendo com mais sentido, afirmou que

Por essa expressão é preciso entender que o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bem geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo caso um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constituiu assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações, e até mesmo a instituições; ele proporcionou, enfim, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber (Foucault, 2002, p.50).

A respeito da sociedade disciplinar, Sueth (2017), afirma que Foucault entende práticas de poder-saber se constituindo num sistema de dominação e aperfeiçoamento gradual e contínuo dos indivíduos e do corpo social (poder disciplinar), empregando o confinamento em espaços individualizados, para formar e transformar o indivíduo e disciplinar as suas capacidades (adestramento de gestos e atitudes, regulação de comportamentos e hábitos); a vigilância hierárquica e o exame contínuos e permanentes, para condicionar e classificar o homem pelo

controle do espaço, do tempo e da sexualidade e, simultaneamente, aumentar a utilidade e força econômica do corpo e diminuir a sua capacidade de resistência política (Foucault, 1988).

Machado (1981), um dos comentadores de Foucault, entende, segundo o filósofo, que poder e saber, atuam de forma interdependente pela inexistência de relação de poder isolada de um contexto de saber, e que o saber se desdobra em novas relações de poder. Isso quer dizer que o conhecimento se limita às condições políticas e se constitui em condições favoráveis para a formação do sujeito e para os domínios do saber. Porque entendendo o saber como político, não há como se situar no campo da neutralidade. Sendo assim, o saber deve levar em conta as relações que constituem o poder e não a um sujeito de conhecimento que seria a sua origem, por considerar que todo saber tem sua origem em relações de poder. Não obstante o Estado se utilizar do poder como instrumento de dominação e descaracterizando seu núcleo fundamental.

Esse comentador também entende que o poder disciplinar não se condiciona a um aparelho ou uma instituição por se desenvolver tal qual uma rede que se amplia sem limitações. Que a disciplina se caracteriza como um mecanismo de poder na sociedade desatrelada das formas de poder próprias do Aparelho Estatal e da classe dominante, sem reduzir o papel do Estado nas relações de poder predominantes em certa sociedade.

Foucault (2014) ao se referir sobre a disciplina no livro vigiar e punir, evidencia-a como um mecanismo que emprega métodos de controle minucioso das atividades do corpo, tornando-o submisso por sujeição, demonstrando um comportamento dócil e útil, tendo em vista o poder disciplinar ter a capacidade de transformar o corpo em força de trabalho submetido ao sistema político de dominação.

Foucault apresenta três características que demonstram íntima relação umas com as outras que esclarecem o poder disciplinar, segundo as suas formas de atuação. Uma delas estabelece a ligação da disciplina com a organização do espaço, de maneira que organiza os corpos em espaços individualizados, classificatórios e combinatórios, determinando o isolamento das pessoas em ambientes fechados hierarquizados e esquadrihados, com vistas na execução de atribuições diferentes e específicas; a outra controla o tempo pela rapidez e eficácia, submetendo o corpo, visando à obtenção da produtividade, pela premissa de que o processo que evidencia o desenvolvimento da atividade é mais importante que o seu resultado, considerando a forma como ocorre o uso das ferramentas na sua realização; e a terceira característica, a mais importante delas, é a vigilância que atua sobre as pessoas em todos os lugares, de maneira contínua, duradoura, ininterrupta e ilimitada (Machado, 1981).

O biopoder, segundo as suas técnicas de controle das populações humanas, de maneira anônima e sutil, atua ao lado do poder disciplinar, subordinando as pessoas, cujo propósito é o controle da sociedade, transformando cada um em corpo produtivo e pacífico, segundo os padrões da norma (Foucault, 1981).

O Estado e suas estratégias de atuação se destacam com importância na genealogia de Foucault, com o biopoder, se forem consideradas as campanhas contra a mortalidade e as campanhas de vacinação, por exemplo (Paula e Sueth, 2015).

De acordo com Foucault (1981, p.291),

Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” [...] não se trata da “substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.

A sociedade de soberania tem lastro no poder real, desde a Idade Média, o que também influenciou o pensamento jurídico. Como exemplo desse poder, tem-se o suplício e o

esquartejamento em praça pública. [...] “soberania e disciplina, direito da soberania e mecanismos disciplinares são duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade” (Foucault, 1981, p. 190).

De acordo com Sueth (2023), por esta citação, a noção da “verdade” vincula-se aos sistemas de poder que a produzem e reproduzem; e no caso deste texto, nas instituições de ensino e, principalmente, na universidade, como locais idealizados e convencionados de produção e transmissão da “verdade”. As determinações oficiais desdobradas dos interesses institucionais, possuem, junto aos professores, papel central na divulgação de um discurso que estabelece como deve ser o seu comportamento e desempenho e, também, dos alunos.

Sueth (2017, p. 61), esclarece que nos processos de subjetivação, Foucault leva em conta as diferentes formas de constituição dos indivíduos e das coletividades, estabelecida por um movimento permanente entre um dentro e um fora que, ao mesmo tempo, precisa da espontaneidade rebelde criativa possibilitadora do devir, capaz de escapar aos saberes e aos poderes constituídos, ditando novas conexões e significados, novas maneiras de pensar e agir, e da submissão a um referente mecanismo de vigilância, controle e modulação, nas instituições disciplinares como as fábricas, os sindicatos e as próprias universidades (Deleuze, 1992). Assim, o poder e a resistência se conectam na medida em que onde há poder, há resistência, entendendo-se, aí, as práticas de resistência como o outro lado do poder ou o seu reverso.

Admite-se que Foucault foi o pensador da sociedade disciplinar configurada pela técnica do confinamento, em locais como hospitais, prisões, escolas e fábricas e ter inaugurado a análise da transformação da sociedade disciplinar (moderna) para a sociedade de controle (contemporânea). Também foi um dos primeiros a abordar a crise das disciplinas e das instituições disciplinares, na contemporaneidade, a partir da Segunda Guerra Mundial (Paula; Sueth, 2015, p.123).

Sobre isso, Deleuze afirma que

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família [...] os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que estas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir a sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as **sociedades de controle** que estão substituindo as sociedades disciplinares (Deleuze, 1992, p. 220, grifos do autor).

Pela ação do biopoder, um tipo de poder muito mais sutil, atuando junto ao poder disciplinar e, também, exercido no contexto do poder soberano, não há como se admitir a inexistência do poder disciplinar. Na atualidade, percebe-se o controle em todos os lugares sem muros e sem confinamento como na sociedade disciplinar, agora exercido por meio de câmeras e as tecnologias mais modernas, alcançando cada um de nós onde quer que estejamos. Não há como escapar do controle independentemente da forma como atua na sociedade, na universidade e nas escolas (Sueth, 2023).

Por exemplo, pelos argumentos elaborados no presente texto, estamos todos subordinados e visivelmente sofrendo interferências diretas no exercício da autonomia, considerando as atividades de ensinar e aprender, sejamos gestores educacionais, professores e alunos. Submetidos ao controle contínuo, ilimitado, de curto prazo e de rotação rápida.

Enquanto o poder disciplinar era de longa duração, infinita e descontínua, sendo percebido um recomeço nos ambientes em que atuava (da família à escola, da escola à fábrica), no controle seja na empresa, na formação em serviço ou na formação permanente, nada é finito (Paula; Sueth, 2015, p.124). “Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se *‘dividuais’*, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou *‘bancos’*” (Deleuze, 1992, p. 222, grifos do autor).

De acordo com Sueth (2017), para Foucault, considerando a microfísica do poder, não há que se levar em conta o que somente se pode avaliar pelo poder centralizador e hierárquico do Estado. Não se deve reorganizar o mesmo poder apenas com um tipo de mudança de titular, mas introduzir um sistema de redes locais e laterais de cooperação e pesquisa, como “ligações transversais entre pontos ativos descontínuos entre países ou no interior de um mesmo país, a partir das quais se podem fazer revides, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas” (Foucault, 1981, p.74).

A educação, regida pela sociedade de controle, revela situações como a implantação da ideia de empresa, em diversos tipos de escolarização; o princípio modulador do “salário por mérito”; as formas de controle contínuo e avaliação contínua; a formação permanente em substituição à escola; e o abandono da pesquisa na universidade. O controle também interfere no acesso à informação; nos sujeitos tidos como dados de mercado; à distância, no monitoramento de comunicações, no endividamento bancário e cartões de trocas flutuantes; na produção intelectual por meio do financiamento, das políticas de fomento e de avaliação (Deleuze, 1992, pp. 221 - 225), e na autonomia dos professores por meio do cumprimento de determinações administrativo-pedagógicas, de normativas oficiais, de decisões de práticas educativas impostas de cima para baixo, de modismos sem fundamentação prática levando-se em conta as realidades para as quais são direcionadas, de orientações diversas sobre as atividades docentes, conduzindo o comportamento de professores e alunos no processo ensino-aprendizagem.

Sueth (2017), afirma que o poder disciplinar, o biopoder e as estratégias mais sutis de controle atuam juntos, no sentido da normalização e do enquadramento dos corpos e das mentes. O trabalho na universidade conformado cada vez mais pelas políticas de avaliação, que se exercem comprometendo a autonomia intelectual, atingindo o corpo dos professores-pesquisadores individualmente e as populações de pesquisadores, analisados coletivamente. No caso do presente texto, interfere diretamente no desempenho docente, alcançando as metodologias e as ferramentas de avaliação da aprendizagem na condução do trabalho docente e nas atitudes autônomas dos professores, submetendo-os.

3- CONTEXTOS DAS TRANSIGÊNCIAS DOCENTES

O ambiente de trabalho tem sido o principal, senão o único cenário no qual são registradas as circunstâncias que caracterizam as transigências docentes e os impedimentos desses profissionais se posicionarem com autenticidade e de tomarem decisões de acordo com os seus princípios, valores, caráter e escolhas pessoais, mesmo que enfrentando as devidas consequências.

Esse tipo de contexto profissional constitui-se tal qual um sistema de vigilância e controle pelo recrutamento de indivíduos convenientemente regulados, cuja consequência está na sua captura como mais um agente controlador do contexto laborativo e mantenedor do comportamento assujeitante, abrangendo quase toda a realidade objeto do controle.

Na pós-graduação *stricto sensu* uma das formas de vigilância do trabalho docente está caracterizada pelo controle da produção do professor-pesquisador tendo as políticas de avaliação da Coordenação de pessoal do ensino superior - CAPES exercendo o papel regulador rigoroso, determinando a quantidade de produtos bibliográficos elaborados por docente no período de quatro anos, por ocasião do processo de avaliação das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação e dos artigos publicados em veículos bem avaliados pela plataforma *Qualis*.

Essa realidade de subordinação docente e do trabalho docente no contexto da produção bibliográfica na pós-graduação *stricto sensu*, pela avaliação da Capes, foi constatada por Sueth (2017, p.353) com um elenco de situações fundamentadas que constituem essa realidade: Uma situação que está dada e naturalizada pela comunidade acadêmica, apesar da discordância sobre a padronização do modelo de avaliação; um processo conduzido fortemente influenciado pelas áreas que compõem as ciências duras; um contexto no qual não se observa qualquer interesse



dos docentes para, ao menos, se discutir possibilidades de alterá-lo; um processo conduzido num regime de subalternização que tolhe a autonomia do pesquisador; e um processo de avaliação, sobretudo, segundo a subjetividade incontestável de comissões de avaliadores da CAPES, a partir de uma realidade descrita objetivamente.

No geral não foram observadas formas de resistência por parte dos professores das esferas pública e privada com relação à perda da autonomia, falta de oportunidades de expressar dificuldades, opiniões, insatisfações ou dúvidas por estarem frequentemente sendo pressionados quanto à sua produtividade. Há assujeitamento diante dos critérios de produtividade, havendo um sentimento de que é preciso acatá-los sob o risco do descredenciamento do docente, pelo fato de não ter sido produtivo e de também prejudicar o programa de pós-graduação ao qual está vinculado. Os pesquisadores reclamam e socializam suas reclamações com seus pares, mas, cumprem os critérios de produtividade. Já é uma situação naturalizada. Deve haver adequação ou descredenciamento da pós-graduação. [...] e, na esfera privada, o descredenciamento gera desemprego e os professores se comportam de maneira a se protegerem, lançando mão de estratégias de proteção coletiva, tais como as coautorias em produções bibliográficas (Sueth, 2017, p. 356-357).

Além da transigência identificada nessa circunstância no ambiente profissional da pós-graduação, Sueth (2017, p.359) constatou outras situações desse contexto. Por conta da realidade impositiva por publicação, os professores da esfera pública e da esfera privada são pressionados permanentemente pelo sistema de avaliação da pós-graduação, o que tem acarretado adoecimento, afetando a sua saúde física e mental e produzindo sofrimento, de acordo com Dejours (1992; 2007b). E, também, por receberem tratamento discriminatório, nos casos de não corresponderem à lógica da produtividade, passam por processos de estigmatização segundo Goffman (2004). Nesse sentido, a realidade empresarial introduzida na atividade intelectual da universidade retira do professor parte significativa da sua autonomia e da sua liberdade de pensamento, indispensáveis para a produção do conhecimento crítico e inovador.

A circunstância caracterizada pela imposição do currículo e dos livros didáticos no ensino fundamental, tem sido uma situação presente no contexto de minhas preocupações, desde 1996, quando estudei a disciplina Teorias do Currículo, no curso de doutorado em educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como docente responsável o professor Antônio Flávio Moreira. Nesse ano, realizei uma pesquisa com professores das redes estadual e municipal no município de Duque de Caxias, RJ, constatando a ausência de sua participação na elaboração do currículo escolar e na seleção dos livros didáticos para uso no ensino Fundamental.

Em 2006, repeti a pesquisa com professores das duas redes de ensino, no mesmo município e obtive os mesmos resultados de 1996. Por motivos que não vale a pena, aqui, registrar, não publiquei os resultados dessas duas pesquisas. Diante da devida necessidade de fundamentação dessa realidade por meio de uma publicação, encontrei o estudo de Garcia (2017), que confirma os dados daquelas pesquisas, ao afirmar que

Os professores, em geral, se mostraram colaborativos na construção do currículo, o que sugere que muitas vezes não existem momentos nem incitação, provocação e incentivos para que esses profissionais atuem em conjunto, aprendendo uns com os outros em um trabalho colaborativo. Nesse sentido, os professores não podem desistir ou mesmo renunciar à participação nas discussões do currículo escolar e devem encarar essa atuação como parte da responsabilidade social da profissão. **Mesmo quando não sejam convidados para essa atividade é preciso mobilização social para a aproximação, revelando interesse em participar de algo que implicitamente é parte do trabalho pedagógico** (Garcia, 2017, p.120, grifos nossos).

Esta frase grifada na citação de Garcia (2017), evidencia que, também, no seu estudo, os professores não participam regularmente da elaboração do currículo escolar, confirmando mais



uma situação de transigência docente, entendendo, dessa forma, a decisão de renunciar a uma prerrogativa de suas atribuições técnicas, que além de importante e necessária, contribui com o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem o mais próximo possível de uma realidade mais autêntica e percebida.

A perda da autonomia pedagógica na esfera privada é mais uma circunstância percebida no trabalho docente. Por exemplo, os programas de disciplina já estão elaborados e do professor só se permite cumpri-los. Poucas são as oportunidades de empregar metodologias próprias e procedimentos de avaliação pertinentes. Na quase totalidade dessa prática, as coordenações as indicam com base nas decisões das esferas superiores institucionais, e sem a participação dos docentes. Até mesmo a reprovação de alunos, por vezes, precisa passar pelas considerações da autoridade constituída no âmbito de instâncias acadêmicas superiores.

Na pesquisa de Braga (2015, p.94), entrevistando professores do ensino superior de uma instituição de ensino privada, foi possível verificar que os docentes consideram excessivo o controle exercido sobre a sua atividade, o que, muitas vezes, acaba por interferir no seu desempenho em sala de aula. Por um esquema normatizado e organicamente instalado, são ativados mecanismos de controle que se iniciam desde a obrigatoriedade do ponto eletrônico, o cumprimento dos conteúdos curriculares previamente programados, até a obtenção de resultados que objetivam o alcance das metas pré-estabelecidas para que o processo de ensino se conclua.

Essa autora também informa que esse funcionamento implica no enquadramento ao regime de vigilância dos professores e dos alunos, que se dá pelo controle contínuo que ocorre ao longo do processo do trabalho do professor; que a administração da metodologia adotada leva em conta o cumprimento dos programas das disciplinas para que não exista contradição entre o tempo determinado por esses programas e a aplicação dos conteúdos, que chegam às mãos dos professores e dos alunos logisticamente distribuídos através de material impresso ou pela internet; e que nesse processo, os professores e os alunos envolvidos devem acatar os prazos determinados para a postagem dos exercícios via web, para que efetivamente o ciclo do trabalho do professor e do aprendizado do aluno seja completado.

Ainda, para essa autora, em sequência, são programadas várias atividades que devem ser cumpridas pelos professores e pelos alunos, para que esses conteúdos sejam incorporados às provas que são elaboradas por equipes de professores coordenadores das disciplinas, que determinam o currículo de cada um dos cursos ofertados, que são subordinados a uma coordenação central de cada campus e são responsáveis também pela logística de controle sobre os conteúdos a serem aplicados em cada curso. Essa organização se apresenta como uma estrutura mecânica de uma fábrica que funciona sob o regime de que todos devem saber o que têm que fazer.

No desenho desse regime, o controle e o disciplinamento das ações que os professores devem adotar na sua prática pedagógica são ampliados para conformar o conteúdo de cada disciplina a cada aula, utilizando a metodologia sequencialmente ordenada para que se efetive o processo de ensino rigidamente controlado. Isso porque, de acordo com essa autora, as provas são montadas pelos professores pelo acesso ao banco de questões disponível no sistema, levando em conta os conteúdos pré-determinados nos planos de aula de cada disciplina (Braga, 2015, p.94).

A extensão na aplicação desse processo de controle disciplinar se evidencia pelo uso de câmeras de vídeo instaladas nos corredores, nas salas de aula e, ainda, na sala onde os professores se encontram na entrada e no intervalo das aulas para a marcação do ponto eletrônico. Todos esses procedimentos, somados aos demais controles instituídos, tornam ainda mais clara a prática da vigilância intensiva sobre os docentes (Braga, 2015, p.94-95).



A submissão do professor às determinações das instituições frente às decisões oriundas dos órgãos oficiais de ensino, também se constitui circunstância que desencadeia a transigência docente. Isso ficou bem evidenciada durante a pandemia pelo coronavírus, a partir do ano 2020.

De acordo com Sueth (2023, p.97-98), as medidas preventivas impostas aos processos educacionais durante o período mais severo da pandemia pelo coronavírus, modificaram as formas de ensinar e aprender em todas as instituições de ensino no país, interferido decisivamente no trabalho docente em todos os níveis de escolarização e, também, alterando o ambiente de estudo e o comportamento dos estudantes no cumprimento das atividades sugeridas. Metodologias e práticas de ensino e aprendizagem foram introduzidas e procedimentos de avaliação alterados em função de uma nova norma que evitasse a interrupção, por longo tempo, da programação educativa e consequente promoção dos estudantes de acordo com a seriação organizada nos diversos cursos da dimensão educacional brasileira.

De cima para baixo, a introdução das metodologias remotas, pelos gestores das instituições de ensino superior, não levou muito em consideração o ambiente favorável e adequado a aprendizagem com relação a preparação técnica do professor e das suas condições, e, também dos alunos no caso de possuírem computadores e internet contratada para a realização das aulas virtuais. Dificuldades para desenvolver os tipos de atividades sugeridas durante a pandemia foram percebidas por alunos desde o ensino fundamental até o ensino superior (Sueth, 2023, p.101).

Segundo esse mesmo autor, foram mudanças drásticas pelo fato de professores e alunos não estarem acostumados e nem preparados para essa mudança abrupta da modalidade de ensino, estudo e aprendizagem com o emprego das Tecnologias de informação e comunicação - TIC e das metodologias em ambiente virtual e remoto. Por outro lado, foi possível perceber que as imposições investidas do poder administrativo-pedagógico sobre professores e alunos, na verdade, nas entrelinhas, queriam dizer frases do tipo “a situação é essa. Dê o seu jeito para resolvê-la. A forma de ensinar, estudar e aprender é essa e pronto”. Não permitindo, dessa maneira, a sugestão de quaisquer alternativas pelos professores. Note-se, então, a ausência de resistência por dirigentes escolares, professores e alunos, segundo as características enunciadas por Foucault no que se referem a uma inicial rejeição da situação apresentada e em seguida a criação de possibilidades para substituí-la. Não fazer dessa forma, fazer de outra forma (Sueth, 2023, p.108-109).

As regras e políticas de publicação bibliográficas estabelecidas pelos veículos de publicação se apresentam como mais uma circunstância na realidade das transigências docentes. O professor-pesquisador a elas se submete e até cria mecanismos para contemplá-las, tendo, às vezes, de se desviar de suas linhas originais de pesquisa para poder publicar e amenizar a pressão sofrida pelo programa de pós-graduação ao qual está credenciado, com relação à quantidade de textos que tem de produzir no quadriênio objeto de avaliação, pela Capes.

Um dos achados da pesquisa de Sueth (2017, p.257) é a diferenciação entre as revistas por conta das especificidades das linhas editoriais e das publicações que elas contemplam. Um ponto forte observado foi a questão entre a oferta e a demanda, que acaba por determinar um estrangulamento para a publicação. A subjetividade com relação à qualidade dos artigos, consideradas as diferentes perspectivas dos pareceristas, pode acarretar uma homogeneização das publicações. A pressão por produtividade vai viciando os autores a empregar certas artimanhas em seus artigos visando a publicar em periódicos bem qualificados. Deduz-se, então, que ao invés de se escoar os resultados das pesquisas para um periódico apropriado à sua temática, acaba-se por ajustar o texto do artigo à linha editorial dos periódicos mais qualificados para cumprir as exigências do produtivismo acadêmico.

Esse autor ainda destacou a subalternização do pesquisador quanto aos critérios de classificação dos periódicos; a pressa na cobrança por publicação, ignorando-se o tempo

necessário para o amadurecimento dos resultados das pesquisas por meio das análises e discussões pertinentes; o engessamento provocado pelo modelo de elaboração dos artigos como se fosse objetos de consumo que devem contemplar um padrão de discurso que se não cumprido, resulta na não publicação do texto, não havendo a pontuação segundo os critérios de produtividade da Capes (Sueth, 2017, p.258).

Outra circunstância se evidencia nas condições de atuação docente na educação a distância – EAD. O professor, sem autonomia, tem de aplicar a programação que já recebe organizada, as metodologias selecionadas, os exercícios direcionados e os procedimentos de avaliação prontos com as respectivas respostas ou soluções. Vale destacar que as atividades têm a finalidade de treinar o aluno para resolver as questões avaliativas de acordo com as estratégias praticadas, num processo de condicionamento com características behavioristas. Ou seja, por meio de um comportamento treinado.

O material de estudo, composto por conteúdos, atividades diversas e instrumentos de avaliação, já foi elaborado por um professor conteudista. Ao professor tutor cabe a sua aplicação, atuando como um intermediador entre a instituição de ensino e o aluno e, também, entre o material didático correspondente e o aluno.

Para atuar na função de tutor, professor ou coordenador, recebem bolsas, cujos valores variam de R\$ 1.100 a R\$ 2.100, de acordo com a Portaria Capes nº183/2016, que regulamenta a concessão de bolsas UAB – Universidade Aberta do Brasil, pela lei 11.273/2006, valores estes reajustados em 2023. Precisa ser, no mínimo, graduado em cursos de licenciatura e com experiência no magistério entre 1 e 3 anos. Esses valores podem sofrer aumento nas instituições privadas.

Agudizando a condição de atuação docente passiva nas instituições privadas, considerando que a EAD proporciona a redução de 50% do tempo para a qualificação profissional e custos institucionais reduzidos em 60% comparados aos cursos presenciais (Quartiero; Cerny, 2005, p.37), o Ministério da Educação, em dezembro de 2019, pela Portaria Nº 2.117, oficializa a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, aumentando de 20% para 40%, em cursos de graduação presenciais ofertados por IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, incluindo as instituições privadas e excetuando o curso de medicina. Isso gerou o aumento de alunos em sala de aula, a repentina redução da carga horária contratada com professores e a demissão de milhares de professores do sistema privado de ensino superior no país (Sueth, 2023, p.105).

Outra circunstância se refere ao disciplinamento do professor quanto à imposição do uso das tecnologias de informação e comunicação – TIC nas suas aulas. Não obstante a realidade descrita por Sueth (2023), por ocasião da pandemia pelo coronavírus, substituindo as aulas presenciais por aulas remotas sem que houvesse a apreciação das condições técnicas e de recursos tecnológicos do professor para desenvolver novas metodologias, na prática, subentende-se que todo professor está ou deve estar preparado para cumprir qualquer determinação institucional e mudanças metodológicas vinculadas ao processo educativo. É possível constatar professores se endividando para realizar cursos na área de tecnologia, obter equipamentos e contratar internet de ponta visando ao cumprimento das exigências que lhes são atribuídas.

Esses investimentos apoiam-se em argumentos persuasivos visando ao convencimento do professor, de que se trata de uma oportunidade de adquirir cidadania digital, da possibilidade de se desenvolver profissionalmente e de contemplar uma necessidade pedagógica da qual não pode se esquivar. Nesse contexto, é válido questionar, até que ponto a tecnologia se torna mais uma ferramenta indispensável ao trabalho docente ao invés de se constituir parte de uma cultura digital que tem favorecido as indústrias que a produz?



Esse comportamento, em países considerados de vanguarda educativa, já tem questionada a sua validade prática com relação à aprendizagem e aos benefícios educativos. Por exemplo, a Suécia suspende a digitalização nas escolas e retorna ao uso do livro didático, para evitar o risco de estarem preparando gerações de analfabetos funcionais. O Ministério da Educação desse país suspendeu um plano ambicioso de digitalização do ensino após a nota do país despencar em exames que avaliam o desempenho de leitura, realizado com o Estudo Internacional de Progresso em Leitura – PIRLS, que demonstra os danos à aprendizagem trazidos pela política de digitalização da sala de aula. O mau desempenho é resultado da implementação de recursos digitais nas escolas de forma acrítica, desenvolvido em 15 anos, substituindo os livros físicos didáticos por computadores, tablets, aplicativos e plataformas tecnológicas. Alunos(as) perderam o hábito da leitura, professores(as) ficaram sem acesso a livros e as mães, pais e responsáveis não conseguiam ajudar seus(as) filhos(as). A decisão de abandonar o programa de digitalização foi embasada em evidências científicas apresentadas por mais de 60 especialistas, que concluíram: “Todas as pesquisas sobre o cérebro em crianças mostram que elas não se beneficiam do ensino com base em telas” (SINPRO – DF, 2023).

Outra circunstância é a condução compulsória do processo educativo, pelo professor, segundo variados interesses políticos, administrativos e legais, camuflados com intenções pedagógicas. A cada nova gestão executiva de governos das esferas federais e estaduais brasileiras, é comum presenciarmos mudanças, as vezes radicais, na educação atingindo os diferentes níveis de ensino. Como exemplos, os professores já cumpriram determinações oficiais sobre a aprovação automática, a oferta de cursos de mestrado e doutorado profissionais, as bases nacionais comuns curriculares, o novo ensino médio, a introdução das tecnologias de informação e comunicação e outras decisões administrativo-pedagógicas, desdobradas em estratégias de ensino-aprendizagem como nas metodologias ativas, tendo a gamificação, o ensino híbrido e salas de aula invertidas, na prática educativa, como exemplos.

Um exemplo a mais de transigência docente, evidencia-se na política de avaliação brasileira que se apresenta na forma de um intenso disciplinamento e controle do trabalho docente, seja no ensino fundamental ou no superior. Em ambos os casos, tal política, por meio dos exames externos aplicados aos estudantes, promove comparações nacionais e internacionais entre instituições e professores, moldando-os e classificando-os segundo a lógica da qualidade educacional (Evangelista, 2015, p.101).

Metaforicamente, está o professor investido de uma função tal qual um dançarino contratado, submisso e demonstrando conhecimento e disposição para dançar, a qualquer momento, todo o tipo de música executada, visando a agradar o dono da festa, seus convidados e demais participantes, tendo em vista estar sendo pago para desenvolver a sua especialidade conforme as exigências declaradas e as necessidades nem sempre reais.

E, por último, mas não menos importante por isso, configuradas como as mais antigas circunstâncias denunciadas estão a intensificação e a precarização do trabalho docente. Paula e Sueth (2015) citam o estudo de Leher e Lopes (2008) com relação à intensificação do trabalho na pós-graduação *stricto sensu*. Segundo esses últimos autores, no período de 1996 a 2006, o número de matrículas na graduação cresceu 52%, apresentando incremento considerável na pós-graduação: dados apontam para um crescimento de 71% para o mestrado e 179% para o doutorado. Estatísticas que registram a evolução do número de funções docentes, contudo, apresentam crescimento bem mais modesto para o mesmo período: 23% para a graduação e 68% para a pós-graduação, o que significa que os docentes credenciados na pós-graduação tiveram uma intensificação extraordinária de sua jornada de trabalho, visto que não há contrato para docentes da pós-graduação. O indicador de crescimento real é o dos novos professores para a graduação, pouco superior a 20% na última década.



Ainda, segundo Paula e Sueth (2015), a intensificação do trabalho dos professores-pesquisadores das IFES, ao se considerar a crescente relação do número de alunos por professores e as crescentes exigências quanto à produtividade acadêmico-científica vindas da CAPES e do CNPq, prolongam a sua jornada universitária para a sua vida particular. Eles acabam por continuar, regularmente, em casa, as atividades inerentes ao trabalho na universidade, ocupando as suas noites e fins de semana (Sguissard; Silva Júnior, 2009, p.235).

A intensificação e a precarização do trabalho ganham destaque numa realidade em que o tempo da economia determina o tempo da universidade, que segundo Sguissard e Silva Junior (2009, p.166) acaba por transformar a prática universitária cotidiana que, dessa forma, vai construindo nova concepção de universidade sem resistência e com muita adesão passiva, em razão de como os professores encaram o processo de produção acadêmico-científico, em geral sem crítica do modo como se organiza essa atividade.

Constituindo como precarização, as condições de trabalho apuradas por esses autores relacionam-se aos problemas identificados na infraestrutura, nos laboratórios, nas salas de aula, nos salários e planos de carreira. Sobre os espaços físicos, número insuficiente de funcionários para as atividades meio, serviços de telefonia e equipamentos são precários e as soluções condicionam-se a projetos e a demandas individuais ou de grupos de pesquisa. Isso vai depender de esforços do pesquisador, configurando-se numa forma de precarização (Sueth, 2017).

De acordo, ainda com Sueth (2017), o número reduzido de funcionários administrativos transfere para o professor muitas tarefas que em tese seriam realizadas pelos servidores. Dentre essas tarefas, tem-se a preparação gráfica das provas, de textos para leitura e discussão nas aulas, a inserção de notas eletronicamente, o preenchimento de formulários eletrônicos, o preenchimento do currículo lattes, relatórios de pesquisa e outros documentos exigidos. Somado a isso, os investimentos para a compra de computadores, papel, impressora, toner, programas operacionais e antivírus. Pelo que parece, o tempo passou, mas os problemas se mantiveram na dimensão pública federal. Os professores da esfera privada confirmam a existência de precarização, que pode ser notada em diferentes situações, como as disputas internas de poder, a falta de colaboração entre professores, os processos de estigmatização e a grande quantidade de orientandos.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Pelas circunstâncias descritas, ficam evidenciadas as transigências docentes em situações nas quais são esperados naturais reações, enfrentamentos e outros comportamentos de resistência, diante de um panorama profissional que subordina ou desconsidera a posição técnica e pessoal do professor. Traduz-se, em certas ocasiões, num ambiente inóspito, desrespeitoso e até opressor no qual esse professor exerce as suas atribuições com dedicação e responsabilidade.

Cada uma dessas circunstâncias, com características bem delineadas, acaba, cada vez mais, por representar obstáculos diários que o professor precisa dar conta dentre tantas outras dificuldades que surgem no seu cotidiano de trabalho. O professor se acomoda ou se submete, muito provavelmente, para evitar certas consequências que colocam em risco a sua sobrevivência e a tranquilidade que não pode prescindir para desenvolver o seu trabalho conscientemente.

Esses eventos institucionais vêm se consolidando e, por vezes, se ampliando diante da inércia e da ausência de intervenções pontuais por parte dos próprios professores e pelas entidades que os representam profissionalmente, favorecendo o desenvolvimento e estabelecimento de uma realidade, cada vez mais difícil de ser enfrentada, pelas transigências convenientes e, por vezes, injustificáveis. Ameaças diretas ou subliminares traduzem-se no poder que subordina, freia e impede o protagonismo de um personagem que também tem a atribuição de estimular, no outro, o desenvolvimento da capacidade crítica, autônoma e emancipatória. E, contrassenso, não consegue se libertar do cabresto que lhe controla.



Parece existir uma poderosa supremacia que entende e acredita na incapacidade de contestação do professor, por considerar que as suas atividades, compreendidas como essenciais para o progresso da humanidade, se associam às atribuições imprescindíveis dos profissionais da saúde e da segurança pública, que na tentativa de enfrentar o sistema, não podem colocar em risco, principalmente, as camadas menos favorecidas da sociedade.

Enquanto a sociedade, em geral, comungar com esse mesmo entendimento, o poder desatrelado dos direitos e valores humanos caminha com passos largos desrespeitando, oprimindo e ignorando o outro como integrante de uma mesma realidade na qual a convivência harmoniosa, o respeito, a empatia e a solidariedade, mais que atitudes comportamentais humanas se constituem valores indispensáveis ao bem-estar de todos.

5- REFERÊNCIAS

BRAGA, Mariza Alves. A educação superior privada e o controle do trabalho docente. 2015, 129f. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Programa de pós-Graduação em Educação. Niterói, RJ.

CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior. Reajustes das bolsas de tutores e professores (20/02/2023). Disponível em <<https://www.pebvsp.com/capes-confira-todos-os-reajustes-das-bolsas-de-tutores-e-professores-uab/>> Acesso em 14/08/2023.

D'ANGELO, Martha. Saber-Fazer Filosofia: Pensadores contemporâneos. 2ed., Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

DEJOURS, C. A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. ampliada, São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E., JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Coordenação Betiol, M.L.S., São Paulo: Atlas, 2007.

DELEUZE, G. Conversações (1972-1990). Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EVANGELISTA, Simone Torres. O controle do trabalho docente no ensino fundamental e superior: Repercussões da política de avaliação. In Maria de Fátima Costa de Paula (Org.) Políticas de controle social, educação e produção de subjetividades. Florianópolis: Insulas, 2015.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade III: o cuidado de si. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 3ed., São Paulo: Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 2ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. IX – XXV.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir - Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir; história da violência nas prisões. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

GARCIA, Paulo Sérgio. Avaliação da participação de professores na construção do currículo de ciências: fatores intervenientes no condicionamento dos avanços. Revista e-Curriculum. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil. Vol. 15, núm. 1, enero-marzo, 2017, pp. 103-124.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução Mathias Lambert. Publicação Original: 1891. Digitalização: 2004. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf> Acesso em 18/11/2015.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEHER, R.; LOPES, Alessandra B. Piedras. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: Deise Mancebo; João dos Reis Silva Jr.; João Ferreira de Oliveira. (Org.). Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008, p. 73-96.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 2ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. IX – XXV.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE DICTIONARY. Disponível em <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>> Acesso em 19/06/23.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; SUETH, Robson. Política de controle do trabalho intelectual na pós-graduação. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de controle social, educação e produção de subjetividade. Florianópolis: editora Insular, 2015, p.109-142.

PRIBERAM DICIONÁRIO. Disponível <<https://dicionario.priberam.org/transig%C3%A2ncia>> Acesso em 19/06/2023.

QUARTIERO, Elisa Maria & CERNY, Roseli Zen. Universidade Corporativa: uma nova face da relação entre mundo do trabalho e mundo da educação. In: QUARTIERO, Elisa Maria & BIANCHETTI, Lucídio. (Orgs.) Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. São Paulo: Cortez, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SINPRO/DF – Sindicato dos professores do distrito federal. Disponível em <<https://www.sinprodf.org.br/devolta-aos-livros-suecia-recua-na-digitalizacao-de-escolas-apos-resultadodesastroso/#:~:text=Autoridades%20conclu%C3%ADram%20que%20digitaliza%C3%A7%C3%A3o%20da,digitaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20sala%20de%20aula>> Acesso em 14/08/2023.

SUETH, Robson. Disciplina, controle e educação: trabalho docente e desdobramentos na Pandemia. In: Maria de Fátima Costa de Paula, Marília Etienne Arreguy, Robson Sueh (Orgs.). Resistência como prática de liberdade na educação: reflexões foucaultianas. Ponta Grossa. PR: Atena, 2023.

SUETH, Robson. Controle do trabalho docente na pós-graduação stricto sensu: análise das políticas de avaliação e desdobramentos profissionais. 2017, 441f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, RJ

VERGARA, Sylvia. Metodologia de Pesquisa em Administração. 4ed., São Paulo: Atlas, 2010.